
CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SAO PAULO, BRASIL

Cláudia Oliveira Fernandes Alves y Monica Alves de Oliveira Alberti
Secretaría Municipal de Educación de Sao Paulo y CEU EMEF Jacana

Na temática do segundo encontro de mesa redonda, pautou-se o currículo e as práticas pedagógicas, articulada os diferentes níveis de educação de cada país. Para o brasil foi destacado: atenção dada à educação infantil, o que se reflete no aumento dos investimentos. Temos hoje, políticas para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos, que vão do financiamento público à construção de creches e pré-escolas, passando pela formação de profissionais, recursos para merenda e distribuição de livros infantis de qualidade e um currículo que busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade por meio de práticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições.

A publicação recente da lei (número 12.796/13 que altera a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) que dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as crianças estarem matriculadas na escola a partir dos 4 anos de idade, dá novo fôlego e esse movimento induzirá obrigatoriamente ao aumento das vagas para essa faixa etária –as redes municipais e estaduais têm até o ano de 2016 para se adequarem a está demanda.

No que se refere ao ensino fundamental, a colaboração entre os entes federados tem sido de suma importância para a melhoria da aprendizagem. O saeb e a prova brasil permitiram o desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e de uma cultura da qualidade em educação, rumo à maior igualdade e melhor aprendizagem das crianças brasileiras. Utilizando os resultados do ideb, o ministério da educação estabeleceu com estados e municípios, o regime de colaboração por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR),

que traz o diagnóstico de cada rede de ensino, estadual ou municipal e define as ações necessárias para garantir o direito de aprender de nossas crianças e jovens e, assim, atingir os resultados do ideb que estão projetados até 2021. No que se refere ao acesso, o ensino fundamental no país está praticamente universalizado: 97% das crianças de 6 a 14 anos estão na escola. Mas ainda temos que combater as desigualdades. Os mais pobres têm dificuldades de chegar à escola e maiores ainda para nela permanecer. Por isso, o programa bolsa família alia a necessária transferência de renda para famílias em condição de pobreza com o acompanhamento da frequência escolar das crianças dessas famílias.

Quanto ao ensino médio, desafio importante, existe a clareza da necessidade de consolidação de uma escola média de qualidade, que combine ensino geral e ensino técnico profissionalizante, integrando as demandas de educação e qualificação profissionais criadas pelos novos postos de trabalho e ocupações que o desenvolvimento do país tem exigido. O programa ensino médio inovador e o programa brasil profissionalizado estão ampliando as alternativas para que nossa juventude encontre um ambiente escolar capaz de oferecer os conhecimentos de que nossos jovens necessitam para prosseguir seus estudos e encontrar possibilidades de trabalho e emprego. A criação dos institutos federais fortaleceu a educação profissional técnica, articulando na mesma instituição a oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos de tecnólogo em nível superior, a formação de professores para as áreas de ciências e a educação de jovens e adultos articulada com a qualificação profissional.

O acesso ao ensino superior como direito encontrou sua consolidação não apenas por meio do prouni, como também por meio da expansão das universidades federais pelo reuni e por meio da universidade aberta do brasil. A consolidação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) permitiu ampliar as oportunidades de acesso da população a essas políticas, visto que o prouni e os processos seletivos de dezenas de universidades utilizam os resultados do enem para a classificação dos candidatos. Iniciou-se a quebra da hegemonia de ter os vestibulares como único sistema de entrada na universidade.

A educação de jovens e adultos é também entendida como um direito a ser garantido pelas políticas públicas de educação. Pode-se mencionar, neste

aspecto, o programa Brasil Alfabetizado, que atendeu a mais de 8 milhões de alfabetizandos, em parceria com estados e municípios, além de programas como o Projovem e o Proeja, que articulam a elevação de escolaridade com a qualificação para o trabalho.

Em termos de estruturação de uma política educacional pública, é fundamental destacar conquistas que possibilitarão a continuidade no avanço nas questões aqui mencionadas. Foi criado o Fundeb, –relevante e ampliadora evolução do Fundef– o fundo que financia toda a educação básica brasileira. O piso nacional do magistério, direito de nossos professores, está garantido na constituição federal.